



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 27937 - SC (2021/0226133-5)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : PEDRO MACHADO ALBARNAZ
ADVOGADO : MARCOS VINÍCIUS KRUGEL ALBARNAZ - SC053494
IMPETRADO : SEGUNDA TURMA RECURSAL DE FLORIANÓPOLIS - SC

DECISÃO

Cuida-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por PEDRO MACHADO ALBARNAZ contra ato praticado por MARCO AURELIO GHISI MACHADO, juiz de Direito integrante da Segunda Turma Recursal de Florianópolis do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Segundo o art. 105, I, *b*, da Constituição Federal, que demanda interpretação restritiva, o Superior Tribunal de Justiça é competente para processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança impetrados contra ato de ministro de Estado, dos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.

Não fosse isso, o § 1º do art. 10 da Lei n. 12.016/2019, que disciplina o mandado de segurança, assevera que “do ato do relator caberá agravo para o órgão competente do tribunal que integre”.

Aplica-se ao caso, portanto, a Súmula n. 41 do STJ: "O Superior Tribunal de Justiça não tem competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de outros tribunais ou dos respectivos órgãos."

Ante o exposto, com fundamento no art. 212 do RISTJ, indefiro liminarmente este mandado de segurança em face da incompetência absoluta do Superior Tribunal de Justiça.

Sem condenação em honorários (Súmula n. 105 do STJ).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente